

O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais¹

Resumo

O texto busca analisar a desigualdade social no Brasil por meio do processo de espacialização dessa mesma desigualdade, nesse sentido, arranha as margens do que se convencionou chamar de modelo de urbanização brasileiro e de como esse mesmo modelo produziu metrópoles gentrificadas e excludentes. Assim, nesse artigo discute-se a exclusão urbana brasileira por meio da consolidação de espaços periféricos, ou, de modo mais genérico, de periferias. O texto em tela é resultado de pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense em nível de mestrado. Em tal estudo, procurou-se compreender a gênese de um loteamento urbano, localizado no Município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, denominado Jardim Catarina, para entender quais as problemáticas socioespaciais que lhe deram origem. Nesse sentido, essa análise torna-se consubstancial para o entendimento das desigualdades sociais e espaciais no Brasil, bem como o papel do Estado como gestor do ordenamento socioespacial do território e principal agente na solução de tais problemas. Espera-se que, com a materialização de um estudo de maior monta, em relação ao qual esse artigo é só um micro trabalho, fiquem evidentes subsídios que contribuam para o arranjo e a cristalização de políticas públicas que deem conta das desigualdades sociais e sirvam para alavancar um país com cidades mais justas e igualitárias.

Palavras-Chave: Urbanização, periferia, desigualdade, território.

Abstract

MODEL OF BRAZILIAN URBANIZATION: GENERAL NOTES

The full text format seeks to analyze the social inequality in Brazil through the spatial process of that inequality in this sense it analyzes, scratching the edges of what is known of the Brazilian urbanization model and how this same model produced

gentrification cities and exclusive. So search the text discuss the country's urban exclusion through consolidation of what is conventionally called peripheral areas, or more generally, of peripheries. The text on screen is the result of research carried out at the Federal Fluminense University in Masters level. In this study, we tried to understand the genesis of an urban housing development located in São Gonçalo, Rio de Janeiro called Jardim Catarina. Understand what the problem space partner who originated it. In this sense, his analysis becomes consubstantial to understand the social and spatial inequalities in Brazil, as well as the role of the state as planning manager socio-spatial planning and principal agent in the solution of such problems. It is expected that with the realization of a study of greater amounts, from which this article is just a micro work can contribute subsidies that contribute to the arrangement and crystallization of public policies that give account of social inequalities and serve to leverage a country more fair and equitable cities.

Key-words: urbanization, periphery, inequality, territory.

1. Introdução

O texto que se segue busca analisar o processo histórico contínuo de espacialização das desigualdades sociais da realidade brasileira. Objetiva-se aqui entender como um determinado modelo de urbanização se espalhou e consolidou como o corte fundamental de produção de espaços urbanos metropolitanos gentrificados e excludentes. Nesse contexto, o texto inicia-se apontando o modelo urbano brasileiro, com suas principais especificidades e problemáticas, para entendê-lo como fruto de um processo de consolidação de um capitalismo monopolista, que tem como norte fundamental a valorização do solo urbano e a solidificação de hierarquias que segregam e tipificam os atores sociais.

Nesse ínterim, segue-se discutindo as origens da urbanização brasileira, relacionando-as aos mecanismos indutivos trazidos pela industrialização, como tão bem ensinou Lefebvre. Na parte derradeira do texto, há uma revisão do conceito de periferia com base em alguns textos clássicos, principalmente dos anos de 1980, para contribuir com subsídios teóricos que possibilitem entender as metrópoles discricionárias e “estanquizadas” que se apresentam, hoje, na paisagem urbana brasileira. Assim, foi utilizada também a pesquisa empírica que se encontra presente na dissertação de mestrado, intitulada: A Produção dos Espaços Urbanos Periféricos no Brasil Contemporâneo: O Caso do Jardim Catarina – São Gonçalo, uma vez que

tal texto resulta de pesquisas de campo em que se registram análises do processo de periferização do espaço urbano metropolitano com o objetivo de entender como tal loteamento fora produzido historicamente dentro do contexto de consolidação do modelo urbano já citado.

2. O modelo de urbanização brasileira

A urbanização brasileira é fruto de um movimento intenso e desestruturante. Ela foi marcada por um processo amplo e violento de migração das populações rurais e do espaço do campo como um todo.

O processo de urbanização no Brasil produziu uma série de distorções e desequilíbrios que se manifestaram empiricamente de variadas formas, pois foi, e é, gerador de uma ampla gama de demandas de exclusão e re-inclusão que concretamente cristalizam-se sob as formas de desequilíbrios regionais, urbano-rurais e urbano-urbanos.

Em primeiro lugar, essa urbanização brasileira foi fruto do desenvolvimento do capitalismo no globo e no Brasil, materializado a partir da consolidação do modelo econômico centrado na atividade industrial como vetor principal da dinâmica acumulativa.

Esse modelo econômico é o principalnexo de redistribuição territorial da população, ele promoveu um desligamento e uma des-territorialização de uma população que ainda vivia circunscrita e localizada em seus lugares. Essas populações dirigiram-se às cidades e se territorializaram como trabalhadores livres.

O capitalismo no Brasil nasce destruindo e reconstruindo as antigas relações estabelecidas, petrificadas e congeladas pelo tempo. Quebrou-se o antigo laço orgânico que unia a produção agrícola e a atividade manufatureira a um único *locus* espacial, e iniciou-se a separação cidade-campo. As cidades transformavam-se no lugar por excelência da produção fabril e das relações de produção capitalistas modernas, e o campo conservava-se como um passado cristalizado no tempo presente, quando as antigas estruturas de poder e de controle político ainda se mantinham puras e intocadas.

No processo de evolução do capitalismo brasileiro, as antigas relações sociais de produção convivem e se coadunam com novas formas relacionais

do capitalismo mais desenvolvido. Isso quer dizer que o passado e o presente convivem juntos, formam uma unidade dialética que possibilita seu avanço e seu desenvolvimento.

A re-territorialização acelerada dos homens expulsos do campo, em uma ou mais unidades urbanas, é uma marca quase homogênea dos países que apresentaram um processo de industrialização tardia ou dependente, como os países da América Latina. Esse processo veloz e maciço de alocação de populações em cidades e a constituição de uma população urbanizada é uma condição inerente ao processo de avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista. No seu âmago, ou seja, no início de sua história, o capitalismo constituiu-se como fruto de um processo cessionário produzido na própria base das forças produtivas.

O capitalismo, ao separar os produtores dos meios de produção e torná-los trabalhadores ditos livres, ao mesmo tempo reduzindo as escolhas de onde eles poderão exercer essa liberdade, provoca um grande fluxo migratório de populações des-territorializadas em direção a locais onde poderão comercializar sua força de trabalho, geralmente em grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse sentido, as décadas de 1950 e 1960 podem ser vistas como a catarse desse processo, um período de acelerada concentração fundiária e de violenta demanda de industrialização promovidas pelos governos de cunho desenvolvimentista de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. É um período de integrações, do território² e do mercado, proporcionadas pela construção de um meio técnico geograficamente interligado pelos transportes e pelas telecomunicações, o que facilitou em alto grau a mobilização espacial da força de trabalho pelo capital.

Então, o capitalismo, no avançar de suas relações, tornou-se o responsável pela mobilidade territorial da população, transformando-a em “população para o capital”. Mas o sistema, como condição inerente, sempre se revelou produtor de desigualdades e incapaz de atender aos reclames desse povo que ele mesmo des-territorializa, mostrando-se incompetente para prover as mínimas condições de vida a essas pessoas, agora territorializadas no ambiente urbano.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a urbanização nacional começou a cristalizar-se, fazendo surgir um modelo econômico centrado na atividade

industrial como nexo principal, que produz, como condição *sine qua non*, uma urbanização acelerada, necessária à mobilização do exército industrial de reserva³ e, assim, da reprodução do próprio capital.

É fato conhecido que a industrialização brasileira aconteceu sob a forma de substituição de importações, e que, em um arco de tempo que vai da Abolição da Escravatura à Revolução de 1930, impulsionou no Brasil importantes modificações e variadas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. O processo de desenvolvimento foi iniciado mediante as práticas substitutivas de importações, consolidando-se também o mercado interno. A partir daquele momento (século XIX), um importante e relevante parque industrial foi se construindo, baseado inicialmente na produção de bens de consumo não duráveis (tecidos e vestuário, alimentos), tendo como nexos espaciais principais as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como retaguarda desse processo de desenvolvimento industrial, constituía-se também uma potente agricultura comercial que objetivava abastecer o mercado interno em franca expansão.

Depois da Revolução de 1930 e da repactuação dos blocos de poder dominante que erigiram os governos de Getúlio Vargas e posteriores como os blocos dirigentes da sociedade, iniciou-se um firme processo de industrialização mediante o aprofundamento das relações capitalistas de produção, principalmente nos centros urbanos. Esse processo e uma legislação trabalhista que vigorava apenas nas aglomerações urbanas desencadearam um amplo fluxo migratório para as cidades, onde os trabalhadores teoricamente teriam um padrão de vida melhor do que no campo (dominado pelo coronelismo e pelo latifúndio). Mobilizou-se, dessa forma, uma população para o capital, pessoas que se aglomeraram e se reproduziram nesse ambiente urbano.

O capital concentrou-se e com ele também a população. O mercado, unificado pelos transportes, e as regiões, antes dispersas em unidades territoriais autossustentáveis, passaram a comunicar-se entre si, dando unidade ao todo que hoje se configura como território brasileiro.

Foi o início da fase da substituição de importações de bens intermediários e, posteriormente, de bens de consumo duráveis, que se amalgamam por meio de um regime de acumulação, primeiramente de base têxtil e depois baseado no ramo automobilístico (de 1960 em diante).

O modelo industrial, via substituição de importações, indutor do processo de urbanização, possuía alguns vícios fundamentais que o distorciam. Ao mesmo tempo em que se reproduzia, era um modelo concentrador e excludente, visto que privilegiava as demandas das camadas dominantes da sociedade (incluindo suas necessidades de moradia e habitação), relegando as outras camadas, ou a sua quase totalidade, à marginalidade, ocupando setores e atividades periféricas dentro da lógica do sistema.

Isso representou, em termos socioespaciais, a “explosão” de algumas regiões do país em termos de concentração populacional. A região centro-sul, concentrada, foi o foco principal desse movimento e é nela que vai exprimir-se a desarrumação socioespacial do modelo urbano brasileiro, de modo que as cidades e regiões metropolitanas brasileiras passam a configurar-se como o resultado de uma matriz espacial inerentemente concentradora de recursos e de pobreza⁴.

Assim, as metrópoles nacionais vão exprimir todas essas deformidades apresentadas pelas estruturas oligopólicas trazidas pelo modelo industrial brasileiro, e que, sob certo aspecto, são distorções da própria estrutura da sociedade brasileira, de seu modelo histórico de relações entre classes e grupos hegemônicos que a compõem.

Dentro desse modelo urbano que aí se cristalizou, observa-se a emergência de cidades que surgiram conforme conjunção das leis do modelo de produção capitalista, com uma imensa concentração de força de trabalho e de conflitos. São cidades seccionadas em duas, uma considerada legal e outra ilegal, tanto no plano da representação como no empírico. Dessa forma, essa duplicidade da urbe cruzou e se articulou para dar corpo e impulsão ao capitalismo no Brasil.

E, nesse sistema dual e conflituoso, o modelo urbano brasileiro caminhou: a classe trabalhadora agiu e produziu seu próprio espaço; os loteamentos populares e as favelas multiplicaram-se em uma escala significativa, e as regiões metropolitanas cresceram em uma dimensão nunca vista.

3. Origens da urbanização brasileira

A urbanização demográfica pode ser definida como um deslocamento e um crescimento acelerado da população da cidade em relação à população do campo. Ela pode ser causada tanto por fatores de mudança na produção quanto por fatores de estagnação dos meios de produzir. As regiões urbanas⁵ do Brasil são o meio dinâmico e contraditório da economia e da política brasileira. Produtos do modelo industrial nacional, tudo nelas se coaduna e se articula para dar impulsão ao desenvolvimento dito econômico.

Então, um exame mais aprofundado é necessário para averiguar o fenômeno urbano e suas consequências, como a metropolização e o crescimento desordenado e desconexo, os quais indicam as desigualdades do capitalismo e a materialização dessas desigualdades, que se esclarecem através da questão da possibilidade de acesso e de uso do espaço.

A localização/distribuição territorial das populações urbanas revela o nível de desigualdades e o conteúdo segregativo a que elas estão submetidas. Os espaços periféricos, frutos dessa segregação produzida pelo capitalismo, se expandiram e autoconstruíram como resposta ao conteúdo excludente do capitalismo brasileiro.

É fundamental temporalizar o processo pelo qual a urbanização (caótica) brasileira foi produzida, quais dinâmicas e agentes impulsionaram-na e a construíram, com o intuito de circunscrever o fenômeno no tempo e no espaço.

Nos anos iniciais do processo de industrialização substitutiva de importações anteriores à década de 1930, a chamada questão habitacional fora parcialmente resolvida nos próprios estabelecimentos fabris. As moradias eram incumbência das próprias empresas, que, com essa medida, controlavam e remediavam os interesses e conflitos de classe. Era a época da construção das vilas operárias, que, no arranjo espacial fabril, localizavam-se próximas às fábricas, aumentando o controle das atividades sindicais operárias e rebaixando o valor da força de trabalho. As casas eram alugadas ou vendidas, e os operários, assim, resolviam em parte seu problema de moradia.

Com o avanço das relações capitalistas de produção e a intensificação da industrialização, ocorreu um grande crescimento da onda de trabalhadores que se dirigiram em massa do campo para a cidade, fortalecendo a organização sindical proletária e as pressões por melhores condições de existência. A habitação entrou como centro dessas pressões e, ao mesmo tempo, o solo da cidade em redor das fábricas tornou-se uma mercadoria mais onerosa e valorizada. Até que as vilas operárias não supriram mais a demanda, criada e recriada continuamente. O Estado mostrou-se um agente incapaz de atender a essa crescente causa, e os pobres urbanos tiveram que, por si próprios, resolver seus problemas habitacionais.

Naquele momento começou a cristalizar-se, na urbanidade brasileira, o que convencionalmente veio a ser chamado de periferia, resultado da segregação e da exclusão espaciais da força de trabalho, aglomerados de casas autoconstruídas, localizadas em espaços distantes dos recursos econômicos e das decisões políticas. A força de trabalho ali passou a localizar-se e se distribuir, vendendo-se ao mercado de trabalho urbano e fazendo avançar o capitalismo industrial no Brasil.

Os investimentos públicos sempre se destinaram a prover os núcleos já ocupados e diversificados, deixando nesse processo grandes espaços vazios e monopolizados, à espera de valorização num crescente processo de especulação, resultando na materialização de um tecido urbano marcado pela descontinuidade, pelos cheios e vazios especulativos que estão na genética das cidades brasileiras.

Como esse processo avançou e ganhou concretude? É necessário traçar aqui algumas linhas com objetivo de classificar essa dinâmica especulativa.

O crescimento urbano das cidades brasileiras fora levado a cabo por meio da atuação do setor imobiliário. Embora o mecanismo já seja deveras conhecido, cabe aqui realçá-lo para fins puramente teórico-metodológicos. O setor imobiliário, ao avançar em seu movimento de construção do urbano, reteve imensas áreas que ainda não estavam incluídas na espacialidade da cidade, geralmente áreas mais próximas dos núcleos centrais. Ao mesmo tempo, guardava em seu poder imensas áreas vazias nas franjas da metrópole, em zonas longínquas, despossuídas de qualquer infraestrutura, geralmente reservadas à aquisição pelas camadas menos privilegiadas da sociedade.

Esses processos descritos acima são parte de um fenômeno antigo que deita suas raízes na própria implantação do capitalismo no Brasil, e que, no último quarto do século XX, agigantou-se e ganhou a proporção que possui nos dias atuais⁶.

A lógica da especulação imobiliária exprime-se por uma variedade de formas e processos, dos quais a retenção dos terrenos é só uma de suas faces. A especulação mostra-se também na própria centralidade, por meio da ação do Estado e do seu investimento, usando modelo padrão em termos urbanísticos. Qualquer investimento do Estado em serviços ou infraestrutura encarece o preço do solo e também o valoriza, o que é vantajoso para quem tem a propriedade dessas áreas, mas, para os que não possuem condições financeiras e econômicas de usar o espaço, o caminho é a periferia.

Então, acontece uma desterritorialização dos indivíduos que ali se localizam: o núcleo da metrópole é um vetor de expulsão de pobres, que se deslocam para as periferias. A explosão no valor do solo expulsa essa população para espaços distantes de tudo, e é através da autoconstrução de barracos que essas pessoas buscam resolver o seu problema de moradia.

Dessa forma, o urbano brasileiro foi formado, através de uma confrontação de opostos que interagiram para produzir um todo. De um lado, legalmente constituído, ligado à política governamental via modelo BNH (Banco Nacional de Habitação)⁷, criado em 1964, e que impulsionou, a seu modo distorcido, a resolução do problema habitacional, porque, como um banco que era, emprestava dinheiro a juros e concedia crédito a agentes privados que executavam os programas habitacionais. Do lado oposto, tínhamos aqueles que estavam fora da esfera da ação do Estado via BNH, ou seja, a grande massa da população, vista como uma demanda não solvável. Para essa grande massa, restava a inventividade representada pela autoconstrução, com ajuda de amigos e parentes, nas horas de folga⁸.

Esses espaços periféricos são uma das soluções do capitalismo para manter as altas taxas de acumulação via exploração direta do trabalhador no seu local de residência. É uma forma de inferiorizar o valor da força de trabalho via rebaixamento das suas condições de reprodução. As cidades reproduzidas e marcadas pela disseminação da periferia são resultado do modelo de desenvolvimento que se estabeleceu no Brasil, um modelo de crescimento baseado na intensificação crescente da exploração da força

de trabalho, tendo como fonte principal de acumulação a dilapidação dessa mesma força de trabalho, como afirma Kovarick (1979, p. 42):

A lógica da acumulação que preside o desenvolvimento brasileiro recente apoia-se explicitamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e às espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída.

O modelo urbano brasileiro é o vetor principal da (des) organização metropolitana do Brasil atual⁹. O “caos”, a desordem, a insanidade urbana de hoje, representada pela criminalidade, pelo tráfico, pela conseqüente fragmentação do tecido sociopolítico espacial (SOUZA,1999) e pelo já antigo problema habitacional, deitam suas raízes na matriz concentradora e excludente do capitalismo no Brasil, no processo bastante longo de segregação das massas. A concentração dos lucros e a distribuição da pobreza por toda a sociedade vêm resultando nisto que no urbano se cristaliza. De fato é um processo antigo, resultado de uma demanda de acumulação capitalista que inclui e não re-inclui, isto é, um processo predatório, que tem no urbano a sua base logística principal, em que as classes trabalhadoras são somente um fulcro e um catalisador para a acumulação capitalista.

4. Periferia e espaços periféricos

Na literatura construída nas décadas de 1970 e 1980 sobre o urbano no Brasil, as periferias urbanas situadas nas metrópoles eram geralmente descritas como “o urbano possível” para as classes trabalhadoras. A periferia¹⁰ seria então o resultado de um processo dual de construção do espaço: a chamada relação “centro-periferia” é a expressão mais acabada desse movimento. O centro seria o nexu aglomerativo de todas as benesses do eldorado urbano. As metrópoles seriam espaços “estancuizados”, marco da segregação socioespacial; a centralidade concentraria o emprego, os equipamentos urbanísticos mais modernos e as funções centrais de direção da vida urbana. Essa periferia seria resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado. Esses espaços nasceram desse

duplo movimento e se caracterizaram geralmente por um decréscimo nas condições de vida das classes ditas populares.

Haveria nesses locais um problema de acessibilidade: eles seriam por excelência espaços do não acesso ao urbano, segregados e socialmente distantes¹¹.

Nas décadas de 1970 e 1980, havia quase um acordo teórico sobre esse *capitus diminutius*, que caracteriza as incipientes condições sociais das periferias. De acordo com alguns autores, isso era produzido pela total ausência de investimentos públicos nesses espaços, relacionados a condições mais estruturais do avanço do modo de produção capitalista no Brasil. As condições de vida das periferias estariam ligadas às dinâmicas mais gerais do processo de acumulação em escala ampliada.

O Estado era considerado o ator principal e o agente propagador da reprodução da dinâmica do capitalismo. As políticas públicas do Estado no urbano muitas vezes legitimavam o modelo de acumulação e a própria sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, eram fundamentais para a reprodução das relações de produção, ajudando a multiplicar a força de trabalho, social e biologicamente.

No Brasil, o capitalismo possuía (e possui) feições selvagens representadas por vários processos que têm no Estado a peça-chave de sua organicidade, pois o Estado é o provedor dos insumos básicos à expansão industrial, é ele que, através do investimento em infraestrutura, financia em longo prazo a expansão capitalista. Na sua ação, ele também tem como encargo financiar a reprodução da força de trabalho, fornecendo o mínimo, o básico, de meios de consumo coletivo. É claro que um grande quantitativo de investimentos é direcionado e inflacionado na dinâmica acumulativa em detrimento das necessidades da força de trabalho, a espoliação urbana é a peça-chave e a saída para essa situação excludente.

A moradia, nesse sentido, irá aparecer como a materialização do valor de troca, encenada e insuflada por um coeficiente especulativo. A demanda dita solvável é a peça preferencial dos investimentos, o financiamento em geral (ainda) é concedido àqueles que podem pagar o preço fixado pelo especulativo mercado habitacional.

Portanto, o grande montante da população, muitas vezes, não possui condições de pagar o valor elevadíssimo das prestações e, quase sempre, não é cogitado pelas linhas de financiamento. O resultado é um processo

discrecionário de aquisição de moradia, de abrigo, que empurra as camadas populares à alternativa viável de sobrevivência: ocupação por lotes e auto-construção nas periferias das cidades.

A periferia, em sua forma, é resultado dessa ação pulverizada de uma variabilidade de agentes privados, que, ao agirem, dão origem aos chamados loteamentos populares. Esses loteamentos surgem através das estruturas geradas pelos mecanismos espoliativos urbanos que impulsionam os agentes sociais, precariamente incluídos nos circuitos superiores da economia e da política, a produzirem seu próprio espaço.

O espaço da periferia, assim, é forma e conteúdo, fixos e fluxos, no qual as esferas do vivido e do concebido não se encontram dissociadas, antes se misturam e se interpenetram na realidade cotidiana daqueles que nela vivem. Nessa paisagem, a “ausência” é a marca e a inventividade, a norma.

A periferia, então, é o produto de uma lógica cruel e segregadora, baseada na exclusão da urbe, criada e recriada a partir dos mecanismos especulativos sobre o solo, sobre a propriedade fundiária, que exclui e (re) inclui os indivíduos dentro de uma urbanização “estanquizada” e precária. Mas que lógica é essa? Quais são os princípios que a geram, como ela é produzida e (re) produzida?

É notório que o processo de acumulação capitalista no Brasil produziu um grande quantitativo de excedentes concentrados. Essa grande soma de capital, apropriada pela classe dominante brasileira, foi “investida” na chamada aquisição de terras e também na produção e reprodução de capital, propriamente dito.

Isso porque a terra, mesmo inculta, já havia adquirido um valor, o solo havia transformado-se em espaço, devido ao avanço das forças produtivas e da própria produção capitalista, e se tornou capital, passou a possuir um valor de troca, monopolizado e imobilizado nas mãos de poucos, elevando assim o valor da renda fundiária e a especulação imobiliária, irmãs siamesas de um mesmo esquema.

Nesse processo, o Estado tornou-se o elemento fundamental no interior dessas lógicas. É ele que, em certa medida, permite que elas se realizem, dando vazão para que os mecanismos da especulação imobiliária se

deem. Ele é o responsável pelo provimento de boa parte das infraestruturas necessárias ao ordenamento do território da cidade. Através de sua ação, o preço do solo urbano se cria e se recria.

Sempre que o poder dito público provê alguma melhoria ou benesse a algum ponto da cidade, linhas de ônibus ou serviço de esgoto, por exemplo, ele cria alguma demanda extra para a área em questão, valoriza-a em relação a outros espaços da urbe, levando a essa área empresas e moradores que antes se localizavam em outros lugares. O resultado disso é que a procura aumenta e a área se encarece. A valorização do solo nessa nova área atrai moradores que possuem uma renda mais elevada, famílias mais abastadas que se dispõem a pagar mais caro pelo direito de usar e de usufruir o espaço. Os moradores mais antigos são obrigados a pagar mais caro pelo uso do solo ou se deslocar para áreas de custo zero, geralmente áreas desprovidas dessas infraestruturas, que, ao contrário de beneficiar aos mais pobres, como podemos ver, acabam por prejudicá-los.

Nessa lógica, o preço do solo é muitas vezes determinado pela ação do Estado, porque é por meio da ação deste agente que a especulação sobre a terra encontra vigor e força. Os especuladores em diversos momentos antecipam-se a ela e, em outros tantos, a geram e coordenam.

Está claro que aos pobres foi, e é, vedado o direito à cidade e aos serviços urbanos, uma vez que a valorização dessas áreas expulsa-os para cada vez mais longe. A propriedade privada do solo e sua transformação em mercadoria especulativa desloca-os para áreas sempre próximas ao custo zero enquanto os serviços urbanos se concentram e se distribuem todo tempo nos nexos centrais da urbe e encontram-se, na verdade, disponíveis às categorias sociais que conseguem pagar por seu uso. Desse modo, quanto menor a renda, o capital político e relacional da população, maior será a escassez desses recursos.

Portanto, o mercado imobiliário é o grande responsável por esse desnível socioespacial, na medida em que a escassez de tais recursos urbanos provoca uma procura excessiva por áreas que o possuem, acarretando uma valorização diferencial do espaço, que é leiloado pelo mercado imobiliário, sendo vencedores desse leilão aqueles que podem e estão dispostos a pagar o preço máximo pelo uso desses locais.

5. Os moradores do loteamento

Os moradores do loteamento buscavam o espaço do Jardim Catarina como um investimento que pudesse resolver o seu problema social de moradia. Nesse sentido, com a compra do lote esperava-se conseguir um espaço onde a casa própria, com o mínimo de custo possível, pudesse ser erguida.

A periferia, espaço social, economicamente desvalorizado e carente de infraestrutura, ocupada por segmentos sociais populares que usam o espaço como função de dormitório, serve para o morador como um modo de ascensão social e monetária. Ela é um meio de tornar-se proprietário de um espaço a um custo relativamente baixo, sendo a autoconstrução o viés principal de geração de suas moradias, que se dá por meio do parcelamento da compra em prestações mensais, única forma viável de adquirir um lote para essas camadas menos favorecidas.

De maneira geral, dava-se uma entrada de valor parecido com o das prestações. Esses valores aumentavam anualmente, de acordo com as normas fixadas para reajuste, geralmente com base em índices da inflação.

Os moradores mais antigos contam que, na época da implantação do loteamento, o Catarina era um espaço vazio, onde não existiam condições mínimas de habitação. Após conseguir o lote, o morador partia para a construção da casa, o que geralmente se dava pelo esforço do próprio, na forma da autoconstrução, que se alongava por anos e anos. Alguns moradores dos primórdios do Catarina relatam que até hoje não conseguiram concluir sua casa.

A moradia quase nunca se apresenta com resultados satisfatórios para o próprio morador, em decorrência do esforço que é feito, o que retrata um aspecto interessante sobre a ação difusa do agente morador na construção do espaço do Catarina.

Nas andanças pelo bairro, através de informações ou com base em observações empíricas, pode-se conferir o aspecto inconcluso que essas moradias apresentam. Elas são o resultado de um grande esforço pessoal do morador; uma vez que, através da autoconstrução, ele forma laços de solidariedade pessoal construídos em seu viver cotidiano, a cada dia novas experiências atravessam o lado capitalista da produção do espaço e também sua própria vida.

As relações de co-presença são elos fundamentais que possibilitam ao agente morador contar com a ajuda dos próximos. Elas são baseadas em outras formas de racionalidade, calcadas em um agir coletivo, próprio de áreas periféricas, como o Jardim Catarina.

No processo de construção do espaço do morador, os amigos e familiares são elos fundamentais, porquanto o Estado tem se mostrado como figura ausente do processo, e os moradores precisam contar consigo mesmos e com os amigos na hora de erigir suas habitações e também os seus espaços de vivência coletiva.

O Estado somente fixou, e fixa, as regras de ordenamento e de ocupação do solo, principalmente em relação aos tributos municipais, tais como o IPTU, que devem ser pagos pelos moradores do loteamento após conseguir alugar uma moradia ou comprar um lote. Uma das reclamações frequentes dos moradores entrevistados é o destino dos tributos arrecadados. O morador não vê o retorno dos impostos pagos e isso gera uma grande insatisfação.

A relação dos moradores com o Estado (prefeitura) acaba sendo uma relação anticidadã, pois não existe grande mobilização popular por parte dos moradores para que as melhorias necessárias ao loteamento sejam implantadas.

Uma situação interessante a destacar é a cena de um mutirão popular para o calçamento de uma rua situada no loteamento. O mutirão é uma estratégia forte no sentido de baratear os custos de implantação de infraestrutura por parte do poder público. Realizado de forma costumeira nos bairros gonçalenses, funciona como uma interação entre diversos agentes sociais: moradores, prefeitura, donos de comércios locais, bem como vereadores que possuem “currais” eleitorais no loteamento.

A prefeitura e os vereadores locais fornecem o material de construção para as associações de moradores realizarem as obras de infraestrutura, e as associações, por sua vez, ficam responsáveis pela execução prática da obra que, via de regra, é feita sem nenhum conhecimento técnico especializado, apenas com o próprio conhecimento empírico desenvolvido no cotidiano pelos moradores. Nesse sentido, os moradores ficam na obrigação de realizar o calçamento das ruas e, muitas vezes, até a implantação clandestina da rede de esgotos e de água.

Verifica-se nesse processo uma nova forma de exploração e dilapidação da força de trabalho, pois os moradores ficam responsáveis pela execução de obras que, teoricamente, já foram pagas, e que deveriam ser realizadas pelo poder público municipal.

Nesse caso, há um espaço coletivamente produzido por meio de acordos, geralmente feitos no “boca a boca” entre a prefeitura, o agente morador e os vereadores municipais.

Na verdade, essa é uma forma inédita de produção do espaço, na qual se vê a atuação de dois agentes principais, o Estado e o morador, associados, sendo essa associação responsável pela construção dos meios espaciais de consumo coletivo no loteamento.

Mas é preciso ressaltar que essa relação acaba sendo paternalista, pois o morador transforma-se em um agente duplamente explorado: além de realizar a função do Estado, ainda se torna objeto de disputa e de manipulação pelo poder político local (vereadores). Tal caso passa a ser uma recriação de relações políticas que vigoraram num passado brasileiro recente, principalmente em áreas rurais.

Em relação à execução das obras, após a aquisição dos lotes pelos moradores, é fácil observar, através de entrevistas, outros esquemas interessantes criados pelo agente morador. No caso do Catarina, a maioria dos moradores entrevistados relata que tomou conhecimento do loteamento por meio de informações dadas por amigos e parentes, e também por jornais, revistas, folhetos e cartazes, propagandeados pelos promotores imobiliários.

Como a área do Catarina aproximava-se do custo econômico zero, pois inexistia infraestrutura nos lotes, o morador e o agente loteador estabeleceram uma relação centrada em um contrato de compra e venda do lote em prestações, 36 em média. Nesse contrato, o morador comprometia-se a quitar o financiamento do lote, que era barato e acessível às camadas populares, no prazo estabelecido, o que nem sempre acontecia, afinal há muitos relatos de casos de inadimplência, que sequer acarretaram na perda do lote, como conta um dos moradores entrevistados:

(...) olha, comprei meu lote no Catarina Novo, no final da década de 1970, comprei em um montão de prestações, demorei quase quatro anos para acabar de pagar, pois além de pagar o terreno, tinha que ir construindo, tinha que fazer crediário

também em lojas de materiais de construção, por isso, algumas vezes atrasei as prestações (...) ¹².

O mesmo morador, ao ser questionado sobre ter sido válido tal esforço, respondeu:

(...) acho que sim, naquela época não havia alternativa para quem queria ter uma casa, e ainda hoje acho que não há, era somente dessa forma que poderíamos obter um imóvel, trabalhando muito e passando todo esse sacrifício, hoje já tenho alguma coisa para deixar para meus filhos (...).

Nas entrevistas, quando os moradores falaram sobre como suas casas foram produzidas houve, em quase todos os casos, a mesma resposta: a casa fora construída por ele mesmo, com ajuda de amigos e parentes, em finais de semana ou em dias de folga.

A autoconstrução, esse tipo de arquitetura inacabada e em constante processo, foi a forma oficial de produção do espaço no Jardim Catarina. A paisagem que resultou desse movimento é uma paisagem bricolada, pedaços de concreto colados uns nos outros, constituída em tempos estancos, dispersos, condicionada pela disponibilidade monetária do agente em questão.

A autoconstrução mistura nas moradias presença e ausência, passado e presente não concluído e que jamais se conclui. A percepção do morador sobre sua habitação é um dado ainda mais interessante, como forma de representação do espaço:

(...) minha casa, eu mesmo construí, mas a impressão que tenho é que ainda não acabei de construir e que talvez nunca acabe, é interessante isso, levamos tanto tempo para construir e parece que nunca acabamos, parece ser um processo infinito de esforço e de dedicação (...) ¹³.

Esse tipo de edificação começa como saída habitacional, uma forma de construir a casa própria, ter um abrigo, porém, em contrapartida, esse abrigo nunca é construído da forma como aquele que o construiu deseja, ele nunca está acabado.

Em relação ao material necessário para construir a casa, geralmente é adquirido próximo de onde a casa está sendo construída. Isso reduz o custo com material, pois se paga menos pelo transporte. A relação de compra e venda de materiais de construção entre os moradores e os

comerciantes locais, muitas vezes, é uma relação de amizade, o que facilita o acesso a tais materiais.

No Catarina, as casas, quase em toda sua totalidade, foram iniciadas e construídas por seus moradores, que consideram essa a melhor forma de adquirir a casa própria. Eles têm a consciência clara de que a autoconstrução implica sobretrabalho e um aumento nas carências do cotidiano, mas acreditam que, se não for por meio desse esforço familiar e coletivo, a moradia, condição essencial para sua reprodução como indivíduos e como família, seria um sonho distante:

(...) para construir meu primeiro cômodo eu demorei pouco tempo, tinha pressa, pois eu morava em casa alugada, acho que em três semanas, junto com o pessoal do estaleiro, que trabalhava comigo na época, me lembro que a casa ficou sem piso quando mudei, era de terra batida. Fui melhorando aos pouquinhos. Aos domingos, com a ajuda dos meus filhos e do meu cunhado, fui erguendo os outros cômodos, o banheiro era fora da casa, sei que era difícil comprar o material, tinha que "armar" muito nas firmas onde trabalhei, para pegar o dinheiro do FGTS, só ficava no máximo um ano em cada emprego. O quarto dos meninos foi onde mais trabalhei, no alicerce gastei muito dinheiro, vi meus filhos saírem de casa e se casar e não consegui terminar ele do jeito que eu queria¹⁴.

Para a maioria dos entrevistados, a motivação principal para a construção de suas casas no loteamento era fugir do aluguel e também se localizar relativamente próximo ao local do trabalho, podendo utilizar uma única condução para o Rio ou Niterói, onde a maioria dos moradores trabalham.

No loteamento, de maneira geral, as casas construídas foram erguidas de forma parcializada, isso é, a construção de cômodos deu-se em períodos de tempo estanques; o custo da moradia motiva esse processo. No geral, as casas observadas apresentam as seguintes características: ausência de revestimento; casas de dois andares, para maximizar o uso do espaço; banheiros fora da casa, em alguns casos; e muitas sem piso.

Às condições próprias das habitações no loteamento, somam-se vários problemas relativos à falta de infraestrutura no bairro, como também é identificado na fala de uma das moradoras entrevistadas:

O Jardim Catarina Novo está bonito, mas aqui não vi melhora nenhuma. Não tenho água em casa, minha rua não tem asfalto e, quando chove, alaga tudo. Já tive de andar com água na altura do peito para entrar em casa em um dia de chuva (...) isto aqui está abandonado¹⁵.

Ou ainda: “(...) a rua não tem asfalto, e passa muito carro pesado aqui. Quando acontece algum vazamento em algum cano da CEDAE, a rua vira mar”¹⁶.

Na fala de outro morador: “(...) minha rua não tem iluminação (...) esse é um dos nossos principais problemas, isso gera crime e bandidagem. Onde moro, na Ouro Fino, volta e meia, isso gera assaltos e assassinatos (...)”¹⁷.

E também: “(...) um problema sério é a questão do crime e do tráfico de drogas, eu já fui assaltado, me levaram a minha bicicleta, ia com ela para o trabalho, lá no Alcântara, falta policiamento e uma atenção um pouco maior dos governos e dos políticos”¹⁸.

5. Conclusões

O texto procurou discutir as especificidades do modelo de urbanização brasileira tentando entendê-lo como resultado de um processo de espacialização das relações capitalistas de produção no espaço urbano. Dessa forma, coube analisar tal modelo como resultado de desigualdades inerentes aos mecanismos de reprodução do capital que transformam o solo urbano em uma mercadoria cara e onerosa às classes trabalhadoras. Nesse sentido, a urbanização brasileira é inerentemente periférica e gentrificadora, exclui e segrega, produz e reproduz constantemente situações anarmônicas, típicas de um contexto de mercantilização da vida societária. Analisou-se aqui a forma como esse modelo materializou-se na espacialidade metropolitana do Rio de Janeiro, produzindo continuamente situações de periferização a partir do espraiamento dos loteamentos populares. Nesse sentido, o lócus preferencial dessa análise foi o loteamento urbano Jardim Catarina, localizado no município de São Gonçalo-RJ, cujas situações cotidianas ligadas à vida urbana foram pesquisadas para elaboração de dissertação de mestrado supracitada.

Todo o conjunto de situações vivenciadas cotidianamente pelos moradores do Catarina, no objetivo de sobreviver a cada dia, resulta em uma instabilidade social e cultural sem precedentes e reduz de maneira gradativa e maciça o tempo de vida e de relações benéficas dos indivíduos que habitam essas áreas periféricas.

Nesse sentido, a autoconstrução é sem dúvida a única alternativa viável dos moradores da periferia, inclusive os do Loteamento Catarina, para conseguir edificar sua casa própria, devido à falta de atenção do poder público e ao achatamento de seus salários.

Portanto, pode-se sistematizar assim a atuação do agente morador e sua relação com os outros agentes responsáveis pela produção espacial do Catarina: o morador do loteamento adquiria seu lote por meio da compra parcelada, realizada com corretores locais que intermediavam os negócios da Catarina S.A. e, depois, da Solar Empreendimentos. Adquirido o lote para o erguimento da moradia por meio da autoconstrução, o Estado mostrava-se ausente, atuando somente por meio de cobrança de impostos e fornecendo, nos tempos atuais, o material necessário para realização de mutirões na comunidade.

De maneira geral, a representação que o morador tem do seu bairro é de que a ausência é a marca que melhor o caracteriza. Os mais antigos, por exemplo, dizem ter a sensação de que o cotidiano do loteamento, marcado pela violência e pela inépcia da falta de planejamento urbano, jamais irá mudar.

Notas

- ¹ Texto escrito sob a orientação do Professor Doutor em Antropologia Sidnei Clemente Peres (UFF).
- ² De acordo com Milton Santos, é apenas depois da Segunda Guerra Mundial que o território brasileiro torna-se de fato integrado por meio de um desenvolvimento constante de novos sistemas de engenharia, como rodovias e estradas de ferro realmente interconectadas, que empreendem condições técnicas e políticas geradoras de modernizações constantes, o que transforma o território em algo unificado, mas não unido politicamente (SANTOS, Milton, 1994, p. 26).
- ³ De acordo com Souza, "(...) o capitalismo precisa, em decorrência de sua própria lógica, de um certo número de desempregados, excluídos temporariamente do mercado de trabalho, que funcionem como um exército industrial de reserva, os quais não só garantirão que, em períodos de maior crescimento econômico, haverá braços disponíveis para serem absorvidos, mais ainda contribuirão para manter baixos os salários reais dos trabalhadores efetivamente empregados (...)" (SOUZA, 1999, p. 186).
- ⁴ "Esta arrumação concentrada do modelo do espaço chega às cidades. Estas nascem na forma de grandes concentrações metropolitanas, de administração praticamente impossível, do ponto de vista socio-ambiental" (MOREIRA, 2003, p. 11).
- ⁵ De acordo com Milton Santos (1994, p. 95), a urbanização brasileira gerou cidades com problemas parecidos. Todas elas trazem questões problemáticas, como o emprego, a habitação

e o transporte, devido a uma urbanização corporativa que fragmenta a cidade sob os interesses das grandes firmas. Desse modo, a cidade torna-se um grande receptáculo para a expansão capitalista devoradora dos recursos públicos direcionados para investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais.

- 6 “Nos últimos 80 anos, podem ser verificadas, nas grandes cidades brasileiras, as formas de estruturação espacial correspondentes à implantação e ao desenvolvimento do capitalismo no país. Trata-se de um fenômeno progressivo de uso seletivo do espaço, atrelado a outro de definição de valores econômicos cada vez mais explícitos. Ainda que, à primeira vista, se possa pensar em causa e em consequência, há uma certa autonomia entre esses dois fenômenos, porque os interesses especulativos criam valores potenciais para o solo urbano sem relação direta com seu uso de fato e que acabam por inverter a equação: é o preço da terra que condiciona seu uso, sem muitas considerações a respeito da lógica e da oportunidade do uso em si” (SANTOS, Carlos Nelson, 1979, p. 22).
- 7 O Banco Nacional de Habitação foi criado pela Lei 4.830 de 21 de Agosto de 1964, no início do período ditatorial, com o objetivo claramente determinado de “solucionar” o déficit habitacional do país. Os recursos que ele dispunha vinham da poupança compulsória (desconto na folha de pagamento de 8% do salário de cada trabalhador através do FGTS) e da poupança voluntária.
- 8 “A construção da casa própria, através da ajuda mútua, constituía a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos baixos rendimentos não permitiam pagar aluguel e, muito menos, candidatar-se a empréstimos do (finado) BNH. Por outro lado, essa ‘solução do problema habitacional’ contribuiu para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores. Eliminando-se dos custos de sobrevivência da força de trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir os demais gastos essenciais, como o transporte e a alimentação” (KOVARICK, 1979, p. 211).
- 9 Marcelo Lopes de Souza fala de uma fragmentação do tecido sociopolítico espacial, ou seja, uma fragmentação que vai além da fragmentação do tecido social propriamente dita. Trata-se de uma expressão bem ampla que se refere a uma anomia produzida por uma exclusão ampla de diversas camadas sociais de decisões políticas em nível macro e também a uma segregação espacial em variadas escalas.
- 10 De acordo com Milton Santos, em seu livro *A Urbanização Brasileira*, as periferias são fruto direto do modelo rodoviário urbano implantado no Brasil. Diferentemente dos subúrbios, as periferias surgem a partir da propagação das rodovias e não das ferrovias; essas rodovias provocaram um crescimento disperso das cidades, que ajudou a criar uma escassez mercantil de terras e, por conseguinte, gerou especulação e “déficits” de residências e periferização.
- 11 “Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica” (SANTOS, Milton, 1979, p. 229).
- 12 Entrevista dada por José da Silva Vieira, em maio de 2004.
- 13 Entrevista dada pelo Sr. Clóvis, morador do Catarina Velho, em outubro de 2004.
- 14 Depoimento dado por Sr. Clóvis, em outubro de 2004.
- 15 Depoimento de Jarilene, moradora do Catarina Velho, Rua Ouro Fino, em agosto de 2004.
- 16 Depoimento de José Felipe Vaz, morador do Catarina Novo, Rua Marcos Costa, em agosto de 2004.
- 17 Depoimento de Carlos, morador da Rua Ouro Fino, em agosto de 2004.
- 18 Depoimento dado pelo Sr. Clóvis em outubro de 2004.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: Uma apresentação do tema. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 61-70.
- CARDOSO, Aduino Lúcio. **Política habitacional no Brasil**: Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/ UFRJ – FASE, 2006. p. 1-11.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (1972).
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 297 p.
- LAGO, Luciana Corrêa. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo Centro-periferia em questão. In: LAGO, Luciana Corrêa; RIBEIRO, Luiz César Queiroz (Org.). **A casa própria em tempos de crise**: Os Novos Padrões de Moradia nas Grandes Cidades. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega/Ed.UFRJ, 1997. p. 27-49.
- LAGO, Luciana Corrêa. Favela-loteamento: Re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. **Cadernos Metrópole**, n. 9, p. 119-133, 1º Sem. 2003.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, Documentos, 1969. 189 p.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura do Possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa e Omega, 1982. p. 71-85.
- MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Geographia**, Niterói, ano 3, n. 5, p. 19-41, 2002.
- MOREIRA, Ruy. O modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **Geographia**, Niterói, ano 4, n. 9, p. 7-28, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelibo. A lógica da especulação imobiliária. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Teoria e Crítica** (O saber posto em questão). Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- SANTOS, Carlos Nelson. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiro. In: SANTOS, Carlos Nelson; VALLADARES, Lúcia (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 17-47.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 2, abril-junho de 1962.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O Conceito Geográfico de Bairro e sua Exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia M. C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas (Org.). **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. p. 105-133.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido, os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979. 317 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 366 p.

Recebido em: 10/08/2015

Aceito em: 01/10/2015